

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás pode render até R\$ 24 bi 1 ao BNDES	2
Título: Oferta de ações reduzirá relação de banco com estatal	3
Título: Municípios pedem receita do pré-sal para pagar salários.....	4
Título: Cuidado com o retrocesso	5
Título: Inpe diz que óleo veio do mar da África	7
Título: Urgência no setor de gás natural	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Reforma no serpentário	10
Título: BNDES vai se desfazer de ações da Petrobras	11
Título: Repasse de leilão do pré-sal vai bancar servidores inativos.....	12
Título: Brasil pede dinheiro em reuniões para desbloquear negociação na COP-25.....	13
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: BNDES prepara venda de ações da Petrobras	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Meta é privatizar a CEB até abril.....	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/12/2019****Seção: Economia****Autor: VINÍCIUS NEDER, FERNANDA GUIMARÃES, FABIANA HOLTZ, WAGNER GOMES E IANDER PORCELLA****Título: Petrobrás pode render até R\$ 24 bi 1 ao BNDES**

Banco de fomento deu início ao processo de venda de ações que possui da petroleira

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu início na quinta-feira ao processo de venda de suas ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás. Caso venda a totalidade desses papéis no mercado, o banco poderá levantar até R\$ 24 bilhões, com base nas cotações atuais, o equivalente de 6% do capital total da petroleira.

Com o anúncio da venda, as ações da Petrobrás lideraram ontem a queda do Ibovespa. Os papéis ordinários recuaram 4,7%, a R\$ 31,33. Já os preferenciais (sem direito a voto) caíram 3,2%, a R\$ 29,98.

A negociação é esperada para ocorrer até março, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A contratação de bancos para conduzir essa operação já foi autorizada pelo conselho de administração do BNDES em reunião realizada ontem. O colegiado ainda vai decidir sobre o consórcio de bancos que será formado e a banda de preços de venda - ao todo, oito bancos deverão trabalhar na oferta, que poderá incluir papéis negociados nos Estados Unidos.

O conselho do banco também autorizou a venda, por meio da mesa de operações, nos pregões diários, de “até a totalidade” das ações preferenciais (PN, sem voto) da Petrobrás, segundo fontes. Essa autorização vale por seis meses, mas dificilmente o banco de fomento conseguirá se desfazer de toda a participação bilionária na petroleira em 2020. Ao todo, o BNDES detém cerca de R\$ 52 bilhões em ações na petroleira.

O anúncio do BNDES já era esperado pelo mercado. A aceleração da venda das ações em posse do banco é uma das metas da gestão do presidente do banco, Gustavo Montezano, que já sinalizou publicamente que, em três anos, pretende reduzir a carteira total, hoje de R\$ 114 bilhões, em cerca de 80%. “Joia da coroa”, com 40,7% do valor total, a fatia na Petrobrás é o alvo preferencial dessa estratégia de vendas, que não ficará apenas nesse movimento.

Na próxima semana, o BNDES venderá, também via oferta de ações, sua participação no frigorífico Marfrig e embolsará cerca de R\$ 2 bilhões. No início de 2020, está prevista a venda de metade de sua fatia na JBS - cerca de R\$ 8

bilhões. O cronograma de 2020 inclui ainda as vendas das ações da siderúrgica Tupy e da empresa de energia Copel.

Procurado, o BNDES informou que “não comenta sua estratégia no âmbito de suas companhias investidas”.

Apetite. Analistas e gestores de recursos veem esse movimento de desinvestimentos de ações do BNDES como positiva, diante da perspectiva de bons resultados financeiros da petroleira e do aumento do apetite de investidores por ações. Em um cenário de menor taxa de juros da história, investidores estão em busca de ativos com maiores retornos financeiros.

“O papel sairá de um player grande (o BNDES) e será diluído. Mas existe demanda de mercado. É uma empresa (a Petrobrás) que tem muita liquidez e tem como o mercado absorver”, afirmou o estrategista Renan Sujii, da Harrison Investimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Oferta de ações reduzirá relação de banco com estatal

Se concretizar por inteiro a intenção de vender toda sua participação em ações ordinárias (ON, com voto) no capital da Petrobrás, o BNDES dará mais um passo no sentido de diminuir sua relação umbilical com a estatal, construída nos governos do PT. Pelas cotações do pregão de quinta-feira, a oferta total poderia chegar a R\$ 24 bilhões, pouco menos da metade do valor total da fatia do BNDES na Petrobrás, que foi formada por várias decisões passadas de governo e hoje está avaliada em R\$ 52 bilhões, pelos dados do terceiro trimestre.

O auge da relação entre BNDES e Petrobrás foi atingido no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, com uma combinação de elevada participação acionária e dívida bilionária. Em 2013, a participação do banco na petroleira atingiu o máximo de 17,2% do capital total - atualmente, é de 13,9% -, ao mesmo tempo que, a partir de 2009, com políticas para enfrentar a crise internacional de 2008, o BNDES ganhou destaque como credor da estatal.

O primeiro grande passo atrás nessa relação foi dado pelo pagamento antecipado da dívida da Petrobrás com o banco, dentro de sua estratégia de redução do endividamento, iniciada ainda no governo Michel Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/12/2019****Seção: Economia****Autor: Eduardo Rodrigues Mateus Vargas / Brasília****Título: Municípios pedem receita do pré-sal para pagar salários**

Levantamento da CNM aponta que 26,8% das cidades dependem de receitas extras para fechar folha de dezembro, incluindo o 13º

Mais de um quarto das prefeituras brasileiras ainda não tem recursos para pagar a folha de dezembro do funcionalismo, incluindo o 13.º salário. Levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra que 26,8% ainda dependem de receitas extras neste fim de ano para fechar a folha de dezembro.

Como mostrou o Estado, os prefeitos pedem ao presidente Jair Bolsonaro a antecipação de R\$ 5,3 bilhões referentes ao bônus de assinatura pelo megaleilão do pré-sal. A expectativa é usar o recurso para bancar contribuições previdenciárias de novembro, dezembro e sobre o 13.º dos funcionários públicos.

A maioria dos municípios (67,5%), no entanto, garante que depositará em dia os salários de dezembro, enquanto 5,2% já admitem que os pagamentos do mês serão feitos com atraso. Já o 13.º deve ser pago a tempo do Natal em quase todos os municípios. Segundo a pesquisa da CNM, 51,6% dos municípios pagarão a gratificação natalina em parcela única e destes, apenas 5,2% relataram dificuldades em fazer o depósito até o dia 20 deste mês. Já na fatia das prefeituras (47,9%) que pagarão o 13.º em duas parcelas, 6,9% admitem atraso no pagamento.

Para não deixarem de pagar o funcionalismo, as prefeituras têm adiado os repasses para fornecedores. A pesquisa mostra que quase a metade (48,3%) dos municípios estão com pagamentos atrasados, o que deve elevar a inscrição de restos a pagar dessas administrações para 2020.

Com isso, apenas 45,3% dos prefeitos garantiram que vão conseguir fechar as contas do município em 2019, enquanto 15,7% deles já jogaram a toalha sobre o resultado deste ano. Outros 37,8% disseram ainda que esperam o repasse de receitas extras para fazerem os cálculos sobre as contas deste exercício.

A pesquisa foi feita entre os dias 6 de novembro e 12 de dezembro deste ano, com a participação de 4.618 prefeituras, 82,9% dos 5.568 municípios.

Antecipação. Em carta enviada a Bolsonaro, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, pediu a antecipação da parte dos recursos do leilão do pré-sal para o dia 20 deste mês (data-limite para o pagamento do 13.º). No entanto, o Ministério da Economia já avisou a representantes da confederação que dificilmente os R\$ 5,3 bilhões serão repassados antes do dia 31 de dezembro, data planejada pela pasta, apurou a reportagem.

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), esteve no Palácio do Planalto nesta semana para pedir a Bolsonaro recursos para quitar o 13.º dos servidores municipais, informou o próprio presidente. Questionado se a União pode antecipar o bônus de assinatura pelo leilão do pré-sal, Bolsonaro disse que “(Crivella) foi atrás de ministérios, da Caixa. Está correndo atrás aí”.

O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, frustrando a expectativa inicial de um ganho superior a R\$ 106 bilhões e participação maciça de companhias estrangeiras.

Dos R\$ 69,96 bilhões efetivamente arrecadados pela União, R\$ 34,6 bilhões vão ficar com a Petrobrás, como compensação pela revisão do contrato firmado em 2010 com o governo. O restante será compartilhado entre União (R\$ 23,7 bilhões), Estados (R\$ 5,3 bilhões) e municípios (R\$ 5,3 bilhões). Por ser o Estado produtor, o Rio terá parcela adicional de R\$ 1,06 bilhão.

A Petrobrás antecipou na terça-feira o pagamento de R\$ 34,420 bilhões à União. Mesmo assim, a União ainda aguarda receber mais R\$ 35,5 bilhões das empresas vencedoras do leilão para, depois, repassar o bônus aos Estados e municípios. O valor deve ser pago até 27 de dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Cuidado com o retrocesso

Tramitam na Câmara federal dois Projetos de Lei (PLs) - n.º 7.401/2017 e n.º 9.302/2017 (apensado) - que visam a restabelecer os altos percentuais de obrigação de conteúdo local para exploração e produção de óleo e gás que existiam até 2017. Esses projetos representam um gigantesco retrocesso, porque a experiência brasileira, principalmente nos governos do PT, mostra que a política de conteúdo local focou na criação de reserva de mercado, em que excessos de exigências custaram ao País investimentos, renda, empregos e corrupção. No governo FHC, a exigência de conteúdo local na fase de

desenvolvimento da produção era de 30%; nos governos do PT, passou a ser de 65%. Imaginem isso em forma de lei. Porcentuais em lei não possibilitam flexibilidade para alinhamento ao mercado e vão acabar afastando investidores dos leilões de petróleo.

Um exemplo do insucesso da política de conteúdo local nos anos do PT foi a política de construção de oito plataformas em estaleiros “virtuais”. Os estaleiros virtuais foram mais uma invencionice do PT, que permitia que estaleiros que ainda viessem a ser construídos participassem da licitação para construção de plataformas. Entre 2014 e 2016, das 6 plataformas contratadas pela Petrobrás em 2012, o atraso médio foi de cerca de quatro anos (45 meses). Se somarmos os atrasos das 6 plataformas, daria um total de 22,4 anos (269 meses). Isso significou uma perda de valor para o consórcio de US\$ 2,1 bilhões e uma perda de arrecadação por meio da participação governamental de US\$ 6,4 bilhões.

As plataformas representam cerca de 1/3 do investimento no desenvolvimento de um novo campo. De acordo com a Petrobrás, no custo médio do casco os fornecedores brasileiros apresentaram sobre preço neste período quase quatro vezes maior que a oferta internacional. Nos módulos instalados (compressão de CO₂, injeção e exportação de gás e geração de eletricidade) o sobre preço era de cerca de 50%.

As unidades de produção contratadas em 2015 e 2016 que ainda não foram entregues, como o FPSO Guanabara para o Campo de Mero e o FPSO Carioca para o Campo de Sépia, são dois outros exemplos dos problemas da política de conteúdo local da época. A entrada em operação dessas duas plataformas foi adiada, em relação ao projeto original, em 14 e 22 meses, respectivamente, causando perda de valor para o consórcio de US\$ 1,4 bilhão e perda de valor de participação governamental de US\$ 2 bilhões.

Em 2016, o Tribunal de Contas da União elencou críticas à política de conteúdo local ao destacar que seus objetivos eram genéricos, sem métricas para mensurar resultados. Não havia curvas de aprendizado nem marcos de revisão previstos ou estudos técnicos direcionados. O número elevado de pedidos de waivers (pedido de perdão ou adiamento de um compromisso) era uma prova de que a política necessitava de avaliação de seus custos de implantação e manutenção.

Com o objetivo de voltar a atrair investidores para os leilões e conter excessos regulatórios, o Conselho Nacional de Política Energética definiu novos parâmetros para a política de conteúdo local, na Resolução n.º 7 de 2017. As mudanças melhoraram a competitividade do Brasil, diante de outros países, por investimentos da indústria de petróleo global.

Os percentuais de conteúdo local a partir da 14/1 rodada de concessão foram bem mais próximos à capacidade da indústria doméstica. Foi extinta a tabela de compromisso cujas exigências para itens e subitens geravam reserva de mercado, retirada do conteúdo local como variável de leilão e fim do mecanismo de waiver. Para os contratos anteriores à 14a rodada, existe a previsão da migração dos compromissos dos contratos de concessão, cessão onerosa e partilha, adequando os índices e retirando o direito de waiver.

O PL 7.401/2017 representa um retorno ao passado, com as exigências excessivas, redução de investimentos e de empregos, trazendo de volta a reserva de mercado. A política de conteúdo local correta é aquela que incentiva a eficiência e promove a criação de empresas competitivas no mercado internacional. Para que isso aconteça, a política de conteúdo local tem de ter dia para começar e para terminar.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Inpe diz que óleo veio do mar da África

Nova hipótese refuta a tese de vazamento por navio em área mais próxima da costa brasileira; contaminação já atingiu 129 municípios

Estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que a origem do derramamento de petróleo no litoral brasileiro estaria a milhares de quilômetros da costa do País. Mais precisamente as avaliações indicam que o óleo teria se deslocado da região sul do mar da África, em abril, até chegar à costa brasileira, em setembro. Essa hipótese refuta completamente a linha mais recente de investigações divulgadas pela Marinha e pela Polícia Federal, que apontaram, como principal suspeito pela tragédia, o navio Bouboulina, da empresa grega Delta Tankers. No início de novembro, o Ministério da Defesa, a Marinha e a PF declararam que, por meio de geo-inteligência, haviam identificado uma imagem de satélite do dia 29 de julho relacionada a uma mancha de óleo a 733,2 quilômetros da costa brasileira, na região leste do Estado da Paraíba.

De um dia para o outro, essa mancha teria aparecido, na região por onde o navio passava. A Delta Tankers negou qualquer tipo de incidente com a embarcação e se prontificou a auxiliar nas investigações. Nesta semana, a Marinha evitou falar sobre o assunto em audiência na CPI do Óleo, instalada na

Câmara dos Deputados. A nova hipótese de que o local de origem seria o mar na região sul da África é detalhada por Ronald Buss de Souza, pesquisador do Inpe que atua no Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) da crise do óleo. Oceanógrafo, Souza é chefe de gabinete e diretor substituto do Inpe. Segundo o especialista, modelos estatísticos que levam em consideração situações tecnicamente reconhecidas sobre as correntes marítimas, vento e ondas indicam que o óleo, que efetivamente chegou ao litoral de forma submersa, teria como origem a região sul da África.

O pesquisador, no entanto, não detalhou se seria um acidente com embarcações ou um vazamento. Fim. O Inpe considera ainda que, apesar de não terem surgido novas manchas no litoral brasileiro, há o risco de que parte do óleo ainda possa estar estocada no fundo do mar, presa a sedimentos. “A gente tem uma hipótese principal de que esse derrame aconteceu a partir de abril deste ano, e as manchas só chegaram ao País, em subsuperfície, de maneira difícil de ser detectada através de imagem de satélite, em setembro”, comentou Ronald Buss de Souza, que participou da reunião da CPI do Óleo, na quarta-feira.

A Marinha tem reafirmado que o óleo seria uma mistura de petróleo com origem em poços da Venezuela. Passados mais de cem dias desde a primeira ocorrência do derramamento no litoral da Paraíba, em 30 de agosto, uma faixa de 3,6 mil quilômetros do litoral já foi atingida pelo óleo. São 942 localidades de 129 municípios nas Regiões Nordeste e Sudeste. O levantamento das ações feitas por Marinha, Ibama e demais órgãos que atuam na retirada do petróleo cru aponta que 5 mil toneladas de óleo já foram coletadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Artigos

Autor: Joaquim Levy EX-MINISTRO DA FAZENDA

Título: Urgência no setor de gás natural

O gás natural é uma energia de transição, e País precisa agir rápido, pois o mundo logo começará a consumir menos combustíveis fósseis

As oportunidades criadas pelo gás natural no Brasil devem ser aproveitadas com urgência e inteligência. Boa parte do nosso gás é associada ao petróleo, cuja venda tem pressa, exigindo que as alternativas estejam claras para não haver desperdício.

Tem-se discutido o uso do gás no transporte, o que é bom. O gás comprimido poderia ter maior penetração no Rio, onde a rede de distribuição é pequena,

ainda mais fora da capital. O gás não compete com o álcool quando usado em substituição ao diesel em ônibus e caminhões. Mas as oportunidades vão muito além, e é hora de se pensar como os mercados podem se desenvolver de forma integrada. Qual política poderia maximizar o emprego, a renda e a competitividade do Brasil? Qual a visão dos governos e da sociedade, essa também através do Congresso?

Uma política integrada pode indicar se o melhor uso do gás seria queimá-lo em usinas termoeletricas no litoral ou se há formas melhores de fazer o setor industrial se beneficiar do aumento da oferta com custos menores.

Independente de arranjos com as distribuidoras estaduais, o custo da energia termoeletrica tende a ser maior do que o das fontes renováveis, especialmente quando essas são combinadas para mitigar os problemas de intermitência. Por outro lado, as térmicas podem merecer prioridade quando o CO2 que produzirem for capturado nos poços offshore, o que seria viável nos casos de “gasto-wire”. A política do gás terá de lidar com a tarifação dos gasodutos e alternativas (marítimas?) para o gás chegar à Região Sul.

O gás pode transformar a fabricação de fertilizantes no Brasil, economizando US\$ 4 bilhões por ano em importações. Não há escassez de divisas, mas dada a importância estratégica da agricultura, não é bom haver uma produção nacional competitiva, que dê maior segurança a esse setor? A produção de grãos brasileira depende de fertilizantes e correção do solo, e continuará assim. Inclusive na medida em que, para vencer nos mercados externos, ela se expandir pela recuperação de pastagens degradadas, integrando agricultura, pecuária e florestas. Este é um setor que não admite improvisação.

O gás natural é uma energia de transição. Temos de agir rápido, pois o mundo logo começará a consumir menos combustíveis fósseis. Uma política que privilegie o uso do gás natural domesticamente, a exportação do petróleo, os biocombustíveis (de cana e dendê, principalmente), e a aceleração da eletrificação da economia a partir da energia solar e eólica atrairá a poupança nacional e internacional. Energia barata é base do progresso, inclusive na economia do conhecimento, visto que centros de processamento de dados requerem muita energia.

Não se está falando de dirigismo estatal, mas de diálogo para lidar com questões concretas. Seria conveniente, por exemplo, aposentar a geração de caminhões financiada no começo da década - ou melhor seria desenvolver kits de adaptação para gás comprimido, considerando que em quinze anos a eletrificação poderá ser dominante? Quanto mais clara e ancorada no conhecimento e na eficiência for a política, menos o governo precisa subsidiar.

O exemplo do Reino Unido sob governos conservadores é ilustrativo. O sucesso de Margareth Thatcher deveu-se muito ao Mar do Norte. O seu antagonismo aos sindicatos de mineiros não era só por ideologia: substituir o carvão pelo gás trouxe o país para o século XX. Os governos a partir de Cameron promoveram a geração eólica, em particular offshore, com contratos de compras e medidas de redução de risco para os investidores, inaugurando o século XXI. Atenção aos custos foi critério relevante em ambos os casos.

A votação do marco do gás, com as alterações cabíveis, seria um grande passo para abrir caminhos para o Brasil. Uma política do gás robusta e atenta à sociedade ajudará a tirarmos o máximo dessa riqueza enquanto vamos nos preparando para produzir energia e fertilizantes primariamente de fontes renováveis, o que será um imperativo ao final da próxima década.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Julianna Sofia

Título: Reforma no serpentário

Brasília- Parlamentares de influência na Esplanada consideram favas contadas alterações no gabinete ministerial de Jair Bolsonaro em janeiro. Apesar das negativas palacianas, a expectativa é que o presidente promova uma minirreforma, revendo a posição de três ou quatro peças do primeiro escalão da República até o início do próximo ano legislativo.

O espaço ocupado pelo DEM no ministério (três pastas de peso) não condiz com o volátil apoio parlamentar outorgado ao governo em votações importantes no Congresso. O incômodo não é de agora, mas recente movimentação de caciques da legenda na direção de presidenciáveis rivais irritaram Bolsonaro. Por esse motivo, tornou-se alvo preferencial na relação das mudanças o ministro demista Onyx Lorenzoni (Casa Civil), espécime ilustre no serpentário presidencial.

Abraham Weintraub é outro apegar o beco. O titular da Educação goza de simpatia de Bolsonaro e filhos por sua fidelidade ideológica canina, mas empilha incompetência, verborragia, ativismo virtual agressivo, tretas mil e zero de resultados na gestão. Pressões pela troca crescem em progressão geométrica, e Weintraub se enfraquece em parceria com o padrinho — foi pelas mãos de Onyx que chegou ao ministério.

O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) também aparece entre os alvos da reforminha, assim como todo o segundo escalão da pasta. Parlamentares reclamam da falta de interlocução com o ministro; a equipe

econômica já se indis põs com o militar sobre a abertura do mercado de gás; e o time palaciano está descontente com a demora de Bento na solução de temas caros ao presidente (garimpos).

As prováveis trocas não atingem, porém, o núcleo enrolado do governo. Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) , denunciado pelo Ministério Público no escândalo das candidatas-laranjas do PSL, e Ricardo Salles, investigado por enriquecimento ilícito na gestão de Geraldo Alckmin em São Paulo, seguem intocados.

Por ora, distantes do pau de arara.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: BNDES vai se desfazer de ações da Petrobras

Banco tem 9,8% dos papéis com direito a voto, que valem R\$ 24 bi; operação não inclui a participação do BNDESPar

Rio de Janeiro- O BNDES prepara oferta pública para a venda de parte de sua participação na Petrobras. O banco é o segundo maior acionista da estatal, atrás da União, que detém o controle da companhia. A operação envolverá apenas as ações ordinárias, aquelas com direito a voto em assembleias. No fim de setembro, o banco detinha diretamente 9,8% desses papéis, ou 734,2 milhões de ações. Nas cotações atuais, a fatia vale cerca de R\$ 24 bilhões.

Com o anúncio, as ações da Petrobras fecharam em forte queda. Investidores temem que a oferta pressione o valor dos papéis, levando a perdas no curto prazo. As ações preferenciais (mais negociadas) caíram 3%, e as ordinárias, 4,7%, a maior desvalorização do Ibovespa.

A proposta não inclui os papéis detidos pelo BNDESPar, o braço de participações do BNDES. Este é dono de 7% da estatal, com foco em ações preferenciais — que não dão direito a voto, mas garantem valor maior em dividendos —, e apenas 0,2% das ordinárias.

Segundo comunicado divulgado pela Petrobras, o BNDES iniciou estudos para avaliar as condições da operação de venda das ações ordinárias, incluindo o volume que vai oferecer ao mercado.

Não foi definido ainda um prazo para a venda das ações. A saída de grandes companhias é um dos focos da gestão do banco de fomento no governo Jair Bolsonaro.

O BNDES já contratou bancos para se desfazer também de suas ações do frigorífico JBS, companhia na qual tem 21,3% de participação.

Petrobras e JBS lideram o ranking da carteira de ações do BNDESPar, que somava ao fim de setembro R\$ 114,5 bilhões. A petroleira representava 40,7% desse valor, e o frigorífico, 14,9%. Em sequência, estava a Vale, com 12,1%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/12/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Repasse de leilão do pré-sal vai bancar servidores inativos

Brasília- Estados e municípios vão receber antes do fim do ano um repasse de R\$ 11,7 bilhões do governo federal pelo leilão de excedentes do pré-sal.

Os recursos servirão, na maior parte dos casos, para pagar despesas com servidores inativos.

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, informou em reunião com representantes dos entes que o dinheiro será repassado no dia 27 e cairá efetivamente nas contas de estados e municípios no dia 31.

Serão repassados R\$ 6,3 bilhões para estados e R\$ 5,3 bilhões para municípios, segundo o Comsefaz (Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal).

O repasse vem da arrecadação, pela União, com o leilão de exploração e produção do volume excedente da cessão onerosa, realizado em 6 de novembro.

No certame, foram arrematados os campos de Búzios e Itapu pelo valor somado de R\$ 69,9 bilhões.

Lei sancionada pela Presidência define que o montante arrecadado pela União (descontados R\$ 34 bilhões à Petrobras) deve ser compartilhado com os entes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/12/2019****Seção: Especial****Autor: Ana Carolina Amaral****Título: Brasil pede dinheiro em reuniões para desbloquear negociação na COP-25**

País negocia posição isolada no mercado de carbono, que negocia créditos como uma 'licença para poluir'

Madri- O Brasil está bloqueando as negociações da COP-25, a conferência do clima da ONU, mas, em vez de destravá-las negociando questões técnicas do Acordo de Paris (que visa frear as mudanças climáticas), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tem usado as reuniões bilaterais para pedir dinheiro para o Brasil.

Relatos de delegações de países desenvolvidos que tiveram reuniões bilaterais com Salles nos últimos dias confirmam o pedido de dinheiro como contra partida para que o país abra mão da sua posição isolada que impede a conclusão do mecanismo do mercado de carbono, que é basicamente o comércio do direito de emitir gases do efeito estufa (leia mais ao lado).

Uma das propostas do Brasil seria a oferta para que um país comprasse os créditos de carbono que não foram vendidos no mercado de carbono do Protocolo de Kyoto, o antigo acordo climático assinado em 1997.

Outra, que beneficiaria outros países além do Brasil, envolveria a criação de um fundo de remuneração pelos créditos gerados em Kyoto, caso eles não sejam mais válidos para serem vendidos no mercado do Acordo de Paris.

Executivos brasileiros dos setores florestal e de hidrelétricas acompanham a COP-25 e influenciam a posição do Brasil em outro item das negociações: a defesa de que os créditos antigos de Kyoto continuem valendo sob o Acordo de Paris.

“Não é nem que a gente quer, nem que não quer fazer os ajustes”, disse Salles na quinta (12) em entrevista a jornalistas brasileiros. “Para cada concessão que fizermos, tem que ter uma contrapartida dos outros países”, continuou.

O ministro alegou ter razões estratégicas para não revelar quais contrapartidas seriam pedidas pelo país. Nos corredores da COP observadores das negociações não entendiam qual seria o pleito brasileiro.

Desde o início da COP, havia uma interpretação das negociações de que o Brasil estaria forçando uma posição isolada apenas para conseguir barganhar a validade dos créditos do antigo mercado dentro do novo mecanismo de Paris.

O Brasil chegou a bloquear o final da COP-24, no ano passado, por posição semelhante. Questionado pela Folha se estaríamos vivendo a mesma disputa neste ano, um observador das negociações respondeu que o cenário atual seria pior, porque os diplomatas não estariam sabendo lidar com o pedido financeiro de Salles em uma negociação técnica.

O Brasil é o único país a defender que os governos não devem ajustar suas metas nacionais de redução de emissões, descontando da prestação de contas nacional os créditos de carbono que forem vendidos a outros países.

Por argumentar que os ajustes nas metas nacionais não seriam necessários, o Brasil é acusado por outros países de permitir uma contagem dupla de emissões — quando é contabilizada pelo país que a realizou e pelo que comprou o crédito relativo a ela.

A falha na matemática das emissões ameaçaria a integridade ambiental do Acordo de Paris. Ou seja, os relatórios poderiam apresentar resultados falsos, mostrando uma conquista maior do que a verdadeira na redução.

Nos corredores das COPs, pessoas de todo o mundo indagam o que se passa na mente dos brasileiros para defender tão veementemente uma “pedalada” evidente na conta.

Segundo ex-negociadores brasileiros, a razão para esse posicionamento seria um receio do Brasil de não conseguir alcançar suas metas.

Isso porque, com um mercado de carbono funcionando, o setor privado e as ONGs poderão vender a outros países os créditos das suas ações climáticas que ajudam a reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa.

Não é só o Brasil que tem mostrado pouca flexibilidade com suas posições. As negociações seguem emperradas desde o início da semana. A conferência acabou nesta sexta (13), mas a agenda está programada para se estender ao longo do sábado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/12/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI

Título: BNDES prepara venda de ações da Petrobras

Conselho dá aval para banco se desfazer de todos os papéis na empresa. Parte será vendida por meio de oferta pública e o restante via Bolsa nos próximos seis meses, diz fonte. Juntas, as duas operações podem chegar a R\$ 55 bilhões

O Conselho de Administração do BNDES autorizou o banco a vender todas as ações que detém da Petrobras. A operação pode chegar a R\$ 55 bilhões, metade da carteira acionária da instituição.

Além de permitir a alienação de todos os papéis ordinários (ON, com direito a voto) por meio de uma oferta pública, como informou ontem a petroleira, o colegiado também autorizou o BNDES a alienar todas as suas ações preferenciais (PN, sem voto) nos próximos seis meses via pregão na Bolsa, informou uma pessoa a par da decisão.

A notícia sobre a intenção de venda dos papéis pelo BNDES provocou ontem queda de 4,7% nos papéis ON e de 3,2% nas ações PN.

O estoque total de ações PN da Petrobras na carteira do banco vale R\$ 32 bilhões e representa 19% de todos os papéis preferenciais da estatal. O BNDES possui o equivalente a R\$ 23,4 bilhões das ações ON, ou 10% desses papéis. A fatia detida pelo banco na estatal do petróleo é a maior da carteira.

Enquanto a oferta pública secundária—modalidade pela qual venderá os papéis ON —exige a contratação de um consórcio de assessores financeiros, a venda via pregão pode ser feita por conta própria dentro do BNDES. É um tipo de operação mais fácil e flexível, que pode ser acelerada ou freada, dependendo da evolução dos preços. A decisão do conselho exige, porém, que a direção do BNDES preste contas mensalmente ao conselho sobre o processo de vendas.

No caso dos papéis ON, o banco comunicou à Petrobras sobre sua intenção de avaliar a venda de até a totalidade das ações, segundo nota da petroleira ontem. A oferta pública buscaria investidores tanto no Brasil como no exterior.

O BNDES aprovou o início de processo seletivo de contratação de assessores para a transação e começou estudos para detalhar termos e condições, incluindo a quantidade de ações e o cronograma.

As estratégias de venda para os dois tipos de ação deverão ser submetidas novamente ao conselho quando o processo estiver mais avançado.

NOVOS CRITÉRIOS

A Petrobras ponderou que sua “comunicação não deve ser considerada como anúncio de oferta”. O BNDES não quis se posicionar sobre a notícia.

Em outubro, o comando do BNDES formulou regras para acelerar a venda de uma carteira de mais de R\$ 110 bilhões em ações, estratégia prioritária da gestão de Gustavo Montezano, mas que ainda não deslanchou. O conselho aprovou na ocasião critérios que visam à redução da exposição a risco, o que deve obrigar a venda de algo entre 70% e 90% dos papéis em três anos.

O BNDES também passou a ter maior liberdade para escolher como vender os papéis e passou a usar uma série de critérios para definir o preço das ações à venda. Tradicionalmente, o banco usa como principal referência o método conhecido como fluxo de caixa descontado, que estima seu valor a partir de projeções sobre suas operações no futuro ajustadas ao risco do negócio.

A ideia é que o BNDES comece a adotar vários métodos simultaneamente, chegando a intervalos de preços possíveis. Só depois o banco escolherá qual caminho seguir.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/12/2019

Seção: Cidades

Autor: Alexandre d Paula

Título: Meta é privatizar a CEB até abril

Com dívida bilionária, a Companhia Energética de Brasília (CEB) está no topo da lista de prioridades do GDF para privatizações. O governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmou ontem que a previsão é de que até março ou abril de 2020 o processo esteja concluído. A estimativa foi dada durante reunião com o Grupo de Líderes Empresariais (Lide) Brasília, no início da tarde, quando o governador apresentou resultados do governo e fez um balanço do primeiro ano à frente do Palácio do Buriti. Outras estatais, como a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô/DF) e a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), também estão na mira do Executivo local e a caminho da iniciativa privada.

Ibaneis acrescentou que a equipe do governo está empenhada em dar rapidez ao processo, mas assegurou que tudo será feito com responsabilidade e dentro da legalidade. “(A data) É uma previsão. Estamos acelerando para que tudo seja feito dessa maneira. A gente sabe que tem também de passar pelo Tribunal de Contas do DF”, explicou. Recentemente, a greve de funcionários da CEB deu força ao desejo do GDF de sacramentar a privatização na companhia.

Ao se dirigir aos empresários, o chefe do Palácio do Buriti destacou que as propostas de passar a gestão de estatais para a iniciativa privada são um ponto importante para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. E ressaltou que o tema foi deixado de lado por outros governadores. “Ninguém teve coragem de enfrentar isso antes”, lembrou.

Somadas às privatizações, outras ações do GDF, segundo Ibaneis, proporcionam atualmente um ambiente favorável ao empresariado. “Segurança jurídica e credibilidade são as grandes palavras desse governo. Estamos trabalhando para isso ser cada vez mais forte”, declarou Ibaneis. Ele destacou também a chegada de novas empresas ao DF. “Brasília vai passar por um boom de desenvolvimento, e isso vem por causa do trabalho feito por uma equipe. Quem não acreditar em Brasília vai perder tempo e oportunidade.”

Presidente do Lide Brasília, o empresário Paulo Octávio elogiou ações do governo e concordou que o cenário de hoje, de fato, é de otimismo. “Brasília tem a menor inflação do país e o maior crescimento. Isso mostra que a economia está andando. Estamos sentindo maior segurança jurídica, a burocracia está reduzindo, houve o fim do diferencial de alíquota do ICMS. A coisa está caminhando para Brasília ter o que merece”, comentou.

Avaliação e elogios

No discurso de pouco mais de 20 minutos voltado para o empresariado e para lideranças políticas, o governador fez um balanço do primeiro ano de gestão. Ele destacou melhorias nas áreas de saúde e segurança. “Na saúde, não estamos no ideal, mas avançamos muito”, avaliou. “Na segurança, assumimos o governo com uma guerrilha entre Polícia Militar e Civil e estamos conseguindo, aos poucos, pacificar”, acrescentou.

O governador também chamou a atenção para a infraestrutura. Segundo ele, os buracos da cidade foram tapados, e a intenção é que até 2022 toda a capital esteja iluminada com lâmpadas de LED, além dos investimentos em obras. “Temos um conjunto de realizações feitas, mas temos muito mais a oferecer”, disse. No evento, Ibaneis também fez elogios a diversos setores e atores da capital. Câmara Legislativa, bancada distrital no Congresso Nacional, Sistema S e Tribunal de Contas do DF foram alguns dos citados pelo emebedista. Ele também dedicou afagos a diversos secretários e ao time do governo local. “Sem equipe não tem técnico que possa resolver”, declarou.

Reajuste

Questionado sobre os projetos aprovados pela Câmara Legislativa nas últimas sessões e sobre a emenda ao orçamento, feita pelo distrital Em agosto, a Companhia Energética de Brasília (CEB) firmou acordo de cooperação com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para a estruturação do projeto de alienação de 51% das ações da distribuidora de energia — os demais 49% permanecerão com o Governo do Distrito Federal (GDF). A subsidiária acumula Fábio Felix (PSol), que prevê o pagamento da terceira parcela do reajuste, Ibaneis Rocha afirmou que as propostas serão avaliadas com cuidado. “No caso da emenda, precisaremos fazer uma análise comparativa com a decisão que está para sair do Supremo Tribunal Federal (STF) para ver qual é o grau de legalidade disso”, ressaltou.

Entre as iniciativas aprovadas pelos distritais, o governador destacou a liberação para que o Instituto de Gestão Estratégica da Saúde (Iges/DF) construa Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e o aval para o Desenvolve-DF, que reformula o antigo Pró-DF e oferece incentivos ao empresariado. “O Desenvolve é um projeto que Brasília clamava havia muito tempo. Os programas que foram feitos ficaram abandonados e desvirtuados e, agora, nós temos um instrumento legislativo capaz de regularizar o que ficou no passado e também pensar a cidade para o futuro com novos polos de desenvolvimento”, argumentou.

Negociação

A direção da CEB e o Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU/DF) aceitou, em 6 de dezembro, a proposta apresentada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pondo fim à greve iniciada no dia 3. A paralisação começou depois que a CEB anunciou cortes em benefícios, como a redução da remuneração de férias, fim do quinquênio, diminuição da indenização por morte e invalidez não decorrente de acidente de trabalho, além da falta de reajuste salarial da categoria. A alegação era a falta de verba. Pelo acordo, alguns dos cortes que a companhia pretendia fazer foram mantidos, outros não. Os trabalhadores conseguiram a ampliação do vale-alimentação, de R\$ 1.300,20 para R\$ 1.398. Mas houve redução do auxílio-babá e extinção do tíquete natalino. Também não haverá reajuste salarial.

Memória

Contrato com BNDES

R\$ 1,1 bilhão em dívidas. Desde o início da gestão, a empresa adota medidas para tentar sair do vermelho. Em junho, fez um aporte de R\$ 81,173 milhões na distribuidora para liquidar dívidas em atraso com fornecedores de energia. Além disso, intensificou a cobrança de inadimplentes. As intervenções, porém, não foram suficientes. Por isso, o contrato com o BNDES inclui a montagem prévia de operação de captação de recursos para a reestruturação financeira da subsidiária a fim de torná-la mais atraente para o mercado.

MME / ASCOM .